



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

O ESTUDO DA REALIDADE MINEIRA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE MINAS GERAIS

JOYCE NICOLE CHAVES LOPES¹

LEONARDO NOGUEIRA ALVES²

FERNANDA CORRÊA ALMEIDA RODRIGUES PENIDO³

RESUMO

Este trabalho apresenta elementos da pesquisa sobre a formação em Serviço Social nas universidades públicas de Minas Gerais, analisando como elas abordam as particularidades regionais. Utilizam-se três metodologias: pesquisa bibliográfica, documental e estado da arte. Foram examinados projetos pedagógicos, periódicos e obras de referência sobre a formação social no Brasil e em Minas Gerais.

Palavras-chave: realidade mineira; formação profissional; Serviço Social.

ABSTRACT

This article presents elements of research on training in Social Work at public universities in Minas Gerais, analyzing how they address regional particularities. Three methodologies are used: bibliographical, documentary and state-of-the-art research. Pedagogical projects, periodicals and reference works on social formation in Brazil and Minas Gerais were examined.

Keywords: Minas Gerais reality; professional qualification; Social service.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto do projeto de Iniciação Científica, em fase de execução, intitulado

¹ Universidade Federal de Ouro Preto

² Universidade Federal de Ouro Preto

³ Universidade Federal de Ouro Preto



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

"Realidade mineira e a formação em Serviço Social", desenvolvido na Universidade Federal de Ouro Preto, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). O principal propósito deste artigo consiste em apresentar uma análise preliminar da pesquisa mencionada, evidenciando como, nas universidades públicas de Minas Gerais, o Serviço Social debate as particularidades da realidade mineira, a partir do acúmulo do materialismo histórico dialético e do diálogo com o pensamento social brasileiro. Este trabalho é motivado pela premissa que, considerando perspectiva de indissociabilidade entre o trabalho e a formação profissional, o estudo da realidade mineira não deve ser tomado como um elemento lateral para a profissionalização de assistentes sociais que atuam no estado de Minas Gerais.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário recorrer a diferentes técnicas metodológicas, a saber a pesquisa documental, pesquisa do estado da arte e a pesquisa bibliográfica. No âmbito da pesquisa documental, foram analisados os projetos pedagógicos do curso de Serviço Social de todas as Universidades Federais e Estaduais de Minas Gerais. No que tange ao estado da arte, realizou-se um inventário de duas revistas mineiras — *Libertas*, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e *Serviço Social em Perspectiva*, da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) — e duas revistas nacionais, *Temporális*, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e *Serviço Social e Sociedade*, da Editora Cortez. Por fim, quanto à pesquisa bibliográfica foi realizada, através de leituras individuais e coletivas, por meio da participação no grupo de pesquisa "Trem da História: grupo de pesquisa e extensão". Durante os encontros, priorizou-se o estudo de bibliografias que tratam de temas sobre as particularidades da formação social do Brasil e de Minas Gerais.

I. FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E AS PARTICULARIDADES DE MINAS GERAIS

A formação do Brasil enquanto Estado-nação é um processo marcado por um conjunto variado de acontecimentos, evidenciado a partir do entrelaçamento entre as culturas nativas e a invasão portuguesa, ou seja, entre duas formações sociais distintas. Ao longo da história, elementos no campo da economia, da cultura e da política foram evidenciando especificidades regionais que marcam radicalmente o país, expressando uma enorme diversidade e explícita desigualdade. As tensões entre o litoral e o sertão, o urbano e o rural, o nordeste e o centro-sul, por exemplo, aparecem em diversas abordagens do pensamento brasileiro. Nesta seção, busca-se apresentar elementos que possibilitem aos leitores compreenderem as particularidades



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

da formação de Minas Gerais, sintonizada com as tendências do desenvolvimento nacional, pois de acordo com as análises de Paula (2000), o conjunto de transformações econômicas, políticas e culturais que se desenvolvem no Brasil se expressam de modo significativo nas Minas Gerais.

Conforme as obras de Prado Jr. (2011), Gorender (2016), Moura (2014), e Fernandes (1973), alguns processos históricos foram fundamentais na formação social brasileira e deixaram marcas nas configurações atuais da sociedade e do Estado. A partir das referências citadas, menciona-se aqui a colonização e a produção voltada para exportação, a grande propriedade e a monocultura, o trabalho escravizado e o racismo, a transição ao capitalismo marcada pela ausência de ruptura total com as estruturas coloniais, legando ao país o capitalismo dependente. Todos esses processos marcam sobremaneira a região que futuramente seria denominada como Minas Gerais.

A colonização da América, assim como as invasões em geral, foram impulsionadas pelo processo de desenvolvimento comercial e faziam parte de um amplo movimento de expansão marítima na Europa a partir do século XV, que redefiniu o sistema geopolítico e econômico da época. A imposição e violência da dominação colonial atingiu bruscamente os modos de vida dos povos indígenas e suas formas de resistência, resultando na ocupação do território e o estabelecimento da tríade monocultura - escravidão - latifúndio, com o objetivo de exportar mercadorias para a Europa (Moura, 2014). Dessa forma, torna-se importante salientar que ao se tratar do genocídio indígena, é fundamental reconhecer o papel da nação colonizadora, mais especificamente de Portugal.

“A nação colonizadora, no caso específico Portugal, que através de elementos de dominação ocupava a terra e subjogava os seus primitivos habitantes, garroteava o desenvolvimento autônomo dessas culturas através de um tampão compressor contra o qual não era possível os nativos lutarem com o instrumental de que dispunham” (Moura, 2014, p. 39).

De acordo com Prado Jr. (2011), no contexto brasileiro, a colonização teve como objetivo inicial o fornecimento de produtos como açúcar, tabaco, ouro, diamantes, algodão e café para o comércio europeu. Dessa maneira, a invasão estrangeira no território objetivava o lucro, realizado, sobretudo, com o tráfico negreiro e a escravização, indígena e africana, fato que moldou toda estrutura social e econômica. Esses aspectos foram fundamentais para que Prado Jr. (2011) localizasse o “sentido da colonização” através da função econômica que esta representava para a metrópole portuguesa.

Diante do exposto, os europeus utilizavam mão de obra escravizada para conseguirem extrair os produtos naturais da região que lhes interessavam. Contudo, em cada parte do Brasil, o trabalho escravizado variava conforme os produtos cobiçados. No Nordeste, mais especificamente na chamada zona da mata açucareira, por exemplo, a economia era, predominantemente, baseada principalmente na produção de açúcar, com grandes engenhos açucareiros que empregavam centenas de escravizados, como afirma Paula (2000).

Já em Minas Gerais esse cenário se desenvolve no contexto da mineração que dependia fortemente da mão de obra escravizada, para a extração dos minerais valiosos. No final do século XVII, com a descoberta do ouro na região posteriormente denominada como Minas Gerais, a metrópole portuguesa rapidamente percebeu o caráter promissor da ocupação e exploração do território, até então pouco conhecido pelos colonizadores, que inicialmente priorizaram a ocupação do litoral: “o ouro, é, [...] meio de circulação, dinheiro, que, [...] circulou amplamente na capitania incrementando as trocas, estimulando os mercados, permitindo um grau de mercantilização sem paralelo na colônia brasileira” (Paula, 2000, p.14). Por isso a imposição colonial, por parte da metrópole, foi intensificada devido à emergência da capitania como produtora do chamado “dinheiro universal”.

Entretanto, a exploração agressiva e intensa do ouro trouxe impactos significativos ao meio ambiente, resultando em crises de desabastecimento em 1699 e 1701 (Paula, 2020). Para enfrentar essas crises, a economia mineira diversificou-se e outras atividades econômicas se tornaram centrais “de tal modo que, desde o início do século XVIII, a economia mineira jamais foi apenas aurífera, tendo abrigado e expandido atividades agropecuárias, manufatureiras e de serviços” (Paula, 2020, p.29). Desta forma, a exploração do ouro e outros metais preciosos dinamizou a economia mineira durante o século XVIII, tornando a economia regional uma das mais lucrativas do período colonial brasileiro. A exploração do ouro atraiu milhares de pessoas de diversas partes do Brasil e de Portugal. Como efeito, houve uma rápida ocupação do território e desenvolvimento da formação da rede urbana na região, como destaca Gomes (2018, p. 19):

Ao longo do século XVIII, a nova capitania foi procurada e ocupada por um grande número de pessoas vindas de toda a colônia e do reino em busca do ouro. Isso fez com que a capitania mineira chamasse atenção e muitos arraiais e vilas fossem fundados, estabelecendo a primeira e única estrutura socioeconômica de base urbana das Américas no período colonial.

Além disso, a urbanização foi acompanhada pela emergência do estilo artístico conhecido como Barroco mineiro, que se deu a partir da transformação de influências culturais externas,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como o Barroco europeu, em algo genuinamente local. Ele se destaca pelas suas características únicas, como a fusão de elementos culturais distintos (ibéricos, indígenas, africanos) e suas expressões nas esferas artísticas, religiosas e políticas. De acordo com Paula (2000, p.114), é necessário apreender as particularidades da cultura em Minas Gerais “como, sobretudo, o espaço da diferença, onde o novo está sempre em gestação, onde a tradição e a ruptura vivem tensão permanente”. Assim, a cultura se expressa tanto no campo das artes, com destaque para arquitetura barroca, quanto nos elementos que remetem ao modo de vida e a formação da identidade, com fortes marcas regionais nesse processo. Portanto, a estrutura social mineira, que se formou no século XVIII durante o período colonial, testemunhou uma rica herança cultural em conjunto com um significativo processo de urbanização, destacando como uma das regiões mais urbanizadas e populosas do Brasil.⁴

Durante o século XVIII, Minas Gerais tornou-se um importante centro econômico e social no Brasil devido à descoberta do ouro. A extração e circulação do ouro na região mineira não apenas transformaram a economia local, mas também impactaram significativamente a administração colonial e as políticas fiscais da Coroa Portuguesa. Resultando em um maior uso e desenvolvimento de aparatos estatais, como a imposição de tributos e taxas cobradas em relação ao ouro pela Coroa. Essas medidas fiscais geraram descontentamento generalizado, especialmente entre os mineradores e os grandes proprietários de terra, que viam seus lucros e riquezas diminuírem devido aos altos impostos, de modo a dificultar a acumulação de capital e o desenvolvimento de suas atividades econômicas.

Dessa maneira, a segunda metade do século XVIII foi marcada por políticas econômicas opressivas, que intensificaram movimentos e questionamentos sobre o poder colonial no Brasil. A insatisfação gerada por essas medidas fomentou um clima de resistência entre setores da elite colonial e intelectuais, que passaram a questionar a legitimidade do domínio português. Nesse contexto, “Minas Gerais terá, não por acaso, lugar de destaque no panorama da Colônia à medida que vai abrigar o primeiro movimento que questiona, de alguma forma, o estatuto colonial” (Paula, 2000, p.114). A Conjuração Mineira⁵ inspirada pela independência norte-americana, “foi o mais relevante movimento anticolonial da América portuguesa: pôs em dúvida o próprio sistema e adaptou para as Minas um projeto de poder de natureza nitidamente republicana” (Schwarcz;

⁴ A descoberta do ouro em Minas Gerais levou a um rápido crescimento populacional e à formação de novas vilas e cidades, como Ouro Preto, Mariana e Sabará.

⁵ Conjuração Mineira ou Inconfidência Mineira, ocorreu em 1789. Foi uma revolta contra o domínio colonial português no Brasil, que visava a independência da Capitania de Minas Gerais e a criação de uma república.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Starling, 2015, p.185). Embora tenha sido um movimento com diferentes motivações e propostas entre seus líderes, como os grandes proprietários de terras, mineradores e comerciantes⁶ e aqueles que compartilhavam o objetivo de criar uma república independente. Essas diferenças, contudo, não diminuíram a importância do movimento, que simbolizou a luta pela autonomia e inspirou futuras ações emancipacionistas no Brasil. Apesar da Conjuração Mineira ser reprimida pela Coroa portuguesa, o movimento deixou um legado significativo, destacando as contradições e os impasses do sistema colonial.

Além disso, no século XIX, o Brasil era uma sociedade profundamente dependente do trabalho escravo. As tensões entre escravizados e senhores eram frequentes, e houve diversos conflitos⁷ ao longo do século. Minas Gerais, sendo uma região com uma economia ampla, utilizava fortemente do trabalho escravo. Em Minas existiam cerca de 20 núcleos urbanos com características distintas, mas com uma economia semelhante. Essa economia implicava uma intensa exploração da mão de obra escravizada, que era utilizada “na pecuária sul-mineira, [...] na agricultura e nas atividades urbanas [...] usados nos grandes empreendimentos mineratórios, [...] nas atividades manufatureiras, [...] [e] na agropecuária” (Paula, 2000, p.84). A forte exploração da mão de obra escravizada, combinada com um panorama de tensão social no país, culminou em revoltas, como a Revolta de Carrancas (1833) em Minas Gerais. Buscando por liberdade e melhores condições de vida, os escravizados iniciaram um ataque aos senhores e administradores, resultando em violência e mortes de ambas as partes (Andrade, 2017). A revolta foi rapidamente reprimida pelas autoridades locais e os escravizados capturados foram severamente punidos, com muitos sendo condenados à morte, como forma de desencorajar futuras revoltas (Andrade, 2017). A chamada Revolta de Carrancas foi um capítulo significativo na história da resistência escrava no Brasil no século XIX. A revolta evidenciou as tensões e os conflitos que permeavam a sociedade brasileira, marcando o início de um período de revoltas em todo o território, como a Revolta dos Malês na Bahia, que ocorreu dois anos depois.

Na segunda metade do século XIX o cenário brasileiro passa por uma grande transformação econômica e social no país, sendo marcado por diversos acontecimentos em seu decorrer. Com a transição do capitalismo comercial para o industrial na Europa, tornou-se necessário que o Brasil se adequasse como consumidor de mercadorias internacionais. Para isso, o fim do tráfico negreiro

⁶ Como Joaquim Silvério dos Reis que acabou traíndo o movimento em troca do perdão de suas dívidas com a Coroa Portuguesa.

⁷ Revolta dos Malês (1835); Revolta de Manuel Congo (1838); Revolta do Queimado (1844); Revolta do Leblon (1868); Revolta dos Escravos do Iguaçu (1855); Revolta dos Escravos de Vassouras (1838).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e da escravidão era essencial (Moura, 2014). Assim, o término do tráfico negreiro impactou as bases econômicas brasileiras, tornando a escravidão insustentável. No entanto, não se pode negar a forte influência das lutas dos escravizados como uma causa interna determinante para o fim da escravidão. A resistência e as lutas dos escravizados foram cruciais, demonstrando que não houve passividade, mas sim muitos movimentos de luta (Moura, 2014). Além disso, a crise na produção açucareira e a ascensão do café como principal produto de exportação no Brasil foram fatores adicionais para a decadência da escravidão. Esse marco vai trilhar os primeiros passos da divisão do trabalho nos setores produtivos, desenvolvendo um rápido crescimento econômico, sem alinhamento algum com o desenvolvimento social. O setor cafeeiro se torna fundamental na economia e isso “significa que as atividades produtivas em geral, desde de que inseridas no setor de mercado beneficiavam-se dos estímulos provenientes do café” (Ianni, 1966, p.38). Dessa forma, a abolição da escravidão no Brasil ocorreu em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea. No desenvolver deste processo a contradição entre mercadoria e o trabalho escravo se torna insustentável, fazendo com que a pessoa escravizada que antes era o meio de produção se torne livre para vender sua força de trabalho e conseqüentemente se torne um consumidor efetivo de mercadorias (Ianni, 1966). Assim, com o fim da escravidão, iniciou-se a substituição pelo trabalho assalariado, marcando o surgimento de uma nova classe no Brasil: a classe operária.

Em Minas Gerais constituiu-se uma sociedade marcada pela ruralização, fragmentação do poder político, localismo, hegemonia religiosa, estratificação social e dependência externa (Paula, 2000). Isso contribuiu para a manutenção de uma ordem social hierárquica, onde a hegemonia e a dependência externa reforçaram a estratificação social. Essas características resultaram na reprodução de privilégios e restringia direitos políticos, de modo a refletir a realidade de uma região colonizada. Esses fatores influenciaram diretamente a incapacidade do estado de transformar-se economicamente e diversificar suas atividades produtivas de maneira robusta, em comparação com outras regiões como São Paulo.

Como retrata Paula (2000), apesar de possuir uma economia diversificada, o processo de industrialização em Minas Gerais foi consideravelmente lento em comparação com São Paulo. Enquanto São Paulo prosperava com sua economia centrada nas indústrias cafeeiras, Minas Gerais não conseguiu acompanhar em termos de complexidade e escala industrial. É importante compreender que a ideia de industrialização não se restringe apenas ao processo de introdução das máquinas, ela “rigorosamente, significa constituição de um ‘conjunto determinado de forças produtivas’, portanto, ‘processo de alteração qualitativa e quantidade das relações técnicas de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

produção” (Paula, 2000. p.86). Nesse viés, é possível dizer que, segundo Paula (2000) a economia mineira se destaca em decorrência da sua não-industrialização desde do século XVIII. O cenário de Minas, contudo, apresentava condições que poderiam favorecer o desenvolvimento de um processo industrial na região, como a presença de uma “[...] economia dinâmica; [...] estrutura da propriedade descentralizada; [...] mercado interno potencial” (Paula, 2000, p.86). Entretanto, a sua condição de colônia e a dominação metropolitana acabaram por limitar a esfera da economia regional.

Conforme descrito por Florestan (1973), o Brasil se inseriu na dinâmica do capitalismo mundial de maneira particular, devido às características da revolução burguesa que se desenrolou no país. A ausência de uma ruptura total com o estatuto colonial, a aliança atrasada entre as oligarquias/latifúndios e o capital industrial moldou essa inserção. O Brasil se inseriu de modo dependente aos países do capitalismo central, reiterando seu papel de fornecedor de matéria-prima e consumidor de produtos industrializados da Europa e dos Estados Unidos. Essa relação de subordinação é evidenciada na afirmação de Fernandes (2020, p. 111), que destaca que “embora organizada através de uma ordem legal e política controlada de dentro para dentro, a economia brasileira produziu para fora e consumia para fora”. O autor acrescenta que a ausência de uma classe dominante com interesses nacionais, aliada à associação entre o capital internacional e nacional, beneficiou setores internos e externos enquanto excluiu amplas camadas da população de condições básicas de vida. A elite dominante ocupou o Estado, que se mostrou frequentemente contrário às demandas populares, aceitando e reiterando as condições para que a inserção do Brasil no capitalismo se realizasse de modo dependente e associado ao capital internacional e ao imperialismo. Essa relação de subordinação, portanto, impediu o desenvolvimento econômico e agravou as desigualdades no país.

A transição do Brasil para o capitalismo junto com a centralização do poder político nas mãos da burguesia acabou gerando impactos negativos em outras camadas da sociedade. A desigualdade social no Brasil é um reflexo da formação social brasileira e suas questões estruturais e sociais (Mara; Pires, 2019). Em Minas Gerais esse debate se desenvolve de uma maneira que evidencia as particularidades da região. A mineração em Minas gerou uma subordinação econômica, política e social na região, uma dependência criada tanto por forças externas quanto por forças internas, que definiu a mineração como a principal atividade econômica em Minas Gerais por décadas e até séculos (Coelho, 2020). Essa dependência resultou em desigualdades sociais, com uma concentração de empregos no setor extrativista



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mineral, que levou a população a desejar trabalhar nesse setor, mesmo que as condições de trabalho sejam precárias, os salários sejam mais baixos e a necessidade de qualificação profissional seja menor (Coelho, 2020). A dificuldade em diversificar a economia, aliada à falta de apoio dos poderes públicos para atividades econômicas *não* ligadas à mineração, prejudica a economia mineira e reforça essa dependência local e internacional.

Em síntese, o estudo da formação social brasileira é crucial para compreender as particularidades nacionais e regionais que influenciaram o desenvolvimento do país. Dessa forma, o Serviço Social como profissão que intervém na realidade social, beneficia-se da análise dessas particularidades, pois o conhecimento sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil é essencial para entender a configuração da questão social, que é o objeto de intervenção da profissão. Assim, esse tema será abordado com mais detalhes na próxima seção.

II. O ESTUDO DA REALIDADE MINEIRA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão que tem sua gênese atravessada pelas particularidades da realidade brasileira que, a partir da década de 1930, estabelece um espaço na divisão social do trabalho para agentes profissionais atuarem em face das condições necessárias para produção e reprodução da vida material (Iamamoto; Carvalho, 1982). Como profissão eminentemente interventiva, o Serviço Social atua no bojo das expressões e conflitos de classe, que manifestam o conjunto de desigualdades sociais, nas lutas por direitos e na implementação de políticas públicas e sociais. Trata-se de uma profissão fundamentalmente vinculada aos contextos históricos, às dinâmicas nacionais e regionais da sociedade brasileira, às políticas sociais e ao panorama sócio-político das lutas entre classes sociais e o Estado. “Sabemos que as desigualdades regionais compõem a dinâmica do desenvolvimento capitalista, apresentando uma tônica particular nas formações sociais dependentes [...]” (Pereira, 2019). Assim, o objeto de intervenção da profissão, a chamada “questão social”, além de sua unidade histórica concreta, radicada nas tendências gerais da acumulação capitalista, expressa particularidades históricas e regionais.

A partir disso, considerando a existência de elementos particulares que marcam o processo de povoamento, as atividades econômicas, as manifestações culturais e a organização política de Minas Gerais, se faz necessário construir no âmbito da formação em Serviço Social um diálogo contundente com a realidade mineira. Trata-se de uma necessidade de investigar os fundamentos sócio-históricos dessa realidade como parte do esforço da compreensão das suas expressões



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

regionais. Dessa forma, a compreensão das particularidades da realidade mineira no âmbito da formação em Serviço Social vai ao encontro das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), em especial no que tange à compreensão das expressões regionais da questão social, elemento indicado no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira.

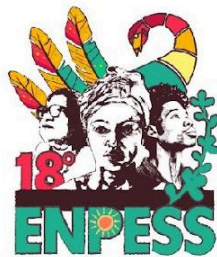
“Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional” (ABEPSS, 1996, p. 11).

Pode-se dizer que o estudo da formação social brasileira é de suma importância no processo de compreensão da realidade mineira, considerando que os processos históricos que constituíram o Brasil influenciaram a consolidação de Minas Gerais, da mesma forma que as particularidades do estado contribuíram na formação social do país. Ao compreender as dinâmicas históricas, econômicas, políticas e culturais que moldaram a sociedade brasileira, e, mais especificamente, a realidade de Minas Gerais, os assistentes sociais dessa região podem desenvolver intervenções mais eficazes e contextualizadas. Portanto, explicita-se a necessidade da abordagem do tema da realidade mineira ao longo da formação, ofertada nas instituições situadas no estado de Minas Gerais para a compreensão do cenário nacional e regional.

Com base nos resultados preliminares da pesquisa documental em andamento, foram analisados 15 projetos pedagógicos de cursos de graduação em Serviço Social das universidades federais e estaduais de Minas Gerais. Sendo as instituições federais, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)⁸, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e as estaduais a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG – multicampi)

De 14 universidades analisadas, 11 oferecem disciplinas que discutem o cenário regional mineiro. Apenas a UFV, a UFTM e a UEMG de Divinópolis não incluem em seus projetos pedagógicos disciplinas sobre o panorama de Minas Gerais. Ao todo, foram identificadas 24 disciplinas ofertadas nas universidades federais e estaduais de Minas Gerais que possuem conteúdos voltados à compreensão do cenário regional mineiro. Sendo que 19 são obrigatórias, quatro são eletivas e uma é optativa. Além disso, essas disciplinas são ofertadas, em geral, pelos

⁸ Cabe destacar que a UFOP tem dois currículos em vigor.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

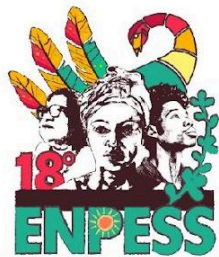
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

departamentos de Serviço Social das instituições, embora 10 destas sejam ofertadas por outros departamentos, ligados à História, à Geografia, à Educação e às Ciências Sociais. A maioria das disciplinas aborda as questões regionais de Minas Gerais, como apresentado no quadro a seguir. Algumas oferecem uma análise das particularidades locais das cidades mineiras e da formação regional como a disciplina “*Formação Sócio-Histórica do Norte de Minas e de Montes Claros*” da UNIMONTES. Enquanto outras examinam os processos sócio-históricos e profissionalizantes do Serviço Social em conjunto com a realidade regional. Por fim, algumas disciplinas discutem a trajetória histórica brasileira e a formação social mineira.

Quadro 1 – Disciplinas ofertadas nas universidades federais e estaduais de Minas Gerais para a compreensão do cenário regional mineiro

Universidades	Departamento	Disciplinas	Caráter da disciplina
UFVJM	Serviço Social	Formação social histórica e política do Brasil	Obrigatória
	Serviço Social	Introdução ao Serviço Social	Obrigatória
	Serviço Social	Questões sociais e globalização	Obrigatória
	Serviço Social	Antropologia cultural e Serviço Social	Obrigatória
UFJF	Serviço Social	Questão Social e Desigualdades Sócio-Territoriais	Obrigatória
	Geografia	Estruturação do Espaço de Minas Gerais	Eletiva
	História	História de Minas Gerais	Eletiva
UFU	História	Tópicos especiais em história regional	Optativa
UFOP ⁹	Serviço Social	Oficina de Extensão I – Universidade e Educação	Obrigatória

⁹ O atual Projeto Pedagógico da UFOP está sendo implementado gradativamente, algumas disciplinas mencionadas ainda não foram ministradas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

	Serviço Social	Oficina de Extensão II – Formação sócio-histórica e lutas sociais no território	Obrigatória
	Serviço Social	Classes e Movimentos Sociais	Obrigatória
	Serviço Social	Mineração, Questão Regional e Serviço Social	Obrigatória
	Serviço Social	Mineração e saúde do trabalhador	Eletiva
UFOP	História	Introdução à história brasileira	Obrigatória
UEMG – Poços de Caldas	Educação e Ciências Humanas	Questão Social	Obrigatória
	Educação e Ciências Humanas	Laboratório de intervenção profissional: Caracterização regional	Obrigatória
UEMG – Passos	Serviço Social	Serviço Social e realidade regional	Eletiva
UEMG – Cláudio	Serviço Social	Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social I	Obrigatória
UEMG – Carangola	Serviço Social	Questão social e particularidades regionais	Obrigatória
UEMG – Barbacena	Educação e Ciências Humanas	Questão Social	Obrigatória
UEMG – Abaeté	Serviço Social	Introdução ao Serviço Social	Obrigatória
UNIMONTES	História	Formação Sócio-Histórica do Norte de Minas e de Montes Claros	Obrigatória
	Política e Ciências Sociais	Sociedade Civil, Movimentos Sociais e Espaços Públicos	Obrigatória
	Política e Ciências Sociais	Seguridade Social e Serviço Social: Saúde	Obrigatória

Considerando que o contato dos/as estudantes com o tema das particularidades de Minas Gerais pode ocorrer ao longo da graduação, por meio das disciplinas e outros componentes curriculares, realizou-se uma pesquisa em periódicos da área para identificar traços da produção do conhecimento. Utilizou-se a técnica do estado da arte para mapear a produção do conhecimento em duas revistas mineiras (*Libertas* e *Serviço Social em Perspectiva*) e duas revistas com ampla circulação nacional no Serviço Social (*Temporalis* e *Serviço Social e Sociedade*) entre os anos de 2013 e 2023. Por meio de buscas a partir dos termos Minas Gerais, Minas, mineiro, mineira, foram identificados 16 artigos, de um total de 809 resultados no período.

A maioria dos artigos são da revista *Libertas*, totalizando oito produções, seguidos por três da revista *Serviço Social & Sociedade*, três da revista *Serviço Social em Perspectiva* e dois da revista *Temporalis*. A análise desses artigos revelou eixos temáticos comuns entre eles. Dos 16 artigos encontrados, nove foram agrupados no eixo da atuação profissional de assistentes sociais e especificidades locais, cinco no eixo das expressões locais da questão social em Minas Gerais e os dois artigos restantes foram categorizados no eixo da questão mineral em Minas Gerais.

Em resumo, a análise dos resultados parciais obtidos, tanto da pesquisa de estado da arte quanto da documental, ressalta a importância de aprofundar os estudos sobre as particularidades da formação social de Minas Gerais. A predominância de disciplinas obrigatórias, assim como a participação de departamentos diversos, demonstra uma integração interdisciplinar. A análise da produção acadêmica em periódicos com foco na atuação dos assistentes sociais nas questões sociais locais, promovem a compreensão do cenário regional e suas especificidades, apresentando a diversidade regional dentro do contexto nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão das particularidades da realidade mineira é uma tarefa desafiadora para os/as pesquisadores que se inserem no estado. Analisar os elementos que informam tais particularidades — desde o período colonial às tendências atuais explícitas na economia, na política e na cultura de Minas Gerais — são requisitos para uma compreensão contundente da realidade mineira e do cenário nacional. Assim, é certo dizer que a realidade mineira, em todos seus aspectos sociais, econômicos e políticos, é marcada por uma confluência de questões históricas nacionais e externas que delinearam toda sua trajetória.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Analisar pesquisas e desenvolver novas iniciativas de investigação são tarefas fundamentais que qualificam a formação e o trabalho profissional dos assistentes sociais. Estudar a formação social de Minas Gerais e sua realidade contemporânea é essencial para compreender a "questão social" e suas expressões regionais, que, nesse caso, são explícitas pelas particularidades da realidade mineira, ligadas ao processo de formação social do Brasil. Essa formação visa capacitar profissionais para compreender o meio e as condições que o influenciam, permitindo uma intervenção qualificada, tanto do ponto de vista ético quanto técnico.

Dessa forma, os resultados parciais destacam elementos para compreensão das dinâmicas históricas, econômicas, políticas e culturais que moldaram a sociedade brasileira e, mais especificamente, a realidade e especificidade de Minas Gerais. Isso permite que os assistentes sociais dessa região desenvolvam intervenções mais eficazes e contextualizadas. No entanto, existem poucos materiais produzidos sobre a realidade mineira, em especial quanto ao estudo a partir da categoria formação social, no âmbito do Serviço Social. Portanto, é crucial que haja um maior incentivo por parte da categoria, envolvendo as entidades profissionais, como o Conselho Regional de Serviço Social e a ABEPSS, na produção de conteúdos voltados para a compreensão da realidade mineira, tanto na formação quanto na atuação profissional.

Ao entender as especificidades da constituição e desenvolvimento de Minas Gerais, torna-se possível o fortalecimento da formação profissional e do trabalho profissional, ao passo que evidencia uma compreensão cada vez mais sólida da realidade social. Contudo é importante salientar que a relevância do conhecimento aprofundado da história, economia e estrutura social de Minas Gerais não se restringe apenas para a formação de assistentes sociais mais capacitados, mas também para uma melhor compreensão das expressões da questão social. Dessa forma, este estudo busca contribuir com o debate e produção de conteúdo acerca deste tema para fortalecer a formação e o trabalho profissional, visando uma formação crítica e qualificada para desvelar as expressões regionais da formação social brasileira.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro, 1996.

ANDRADE, M. F. de. *A pena de morte e a revolta dos escravos de Carrancas: a origem da "lei nefanda" (10 de junho de 1835)*. Tempo, v. 23, p. 264-289, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2017v230204>. Acesso em: 06 jun. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

COELHO, T. P. *Minério-dependência em Brumadinho e Mariana*. *Lutas Sociais*, 22(41), 252–267, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/lis.v22i41.46681>. Acesso em: 06 jun. 2024.

FERNANDES, F. *O desencadeamento histórico da revolução burguesa*. In: _____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo/Curitiba: Contracorrente/Kotter, 2020.

FERNANDES, F. Padrões de dominação externa na América Latina. In: _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GOMES, L. J. M. Minas Gerais: Original e Múltipla. In: SUPERINTENDÊNCIA DE MUSEUS E ARTES VISUAIS. *Minas das Artes, Histórias Gerais*. Belo Horizonte: Museu Mineiro, 2018.

GORENDER, J. Categorias fundamentais. In: _____. *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

IANNI, Octávio. Do escravo ao cidadão. In: _____. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MARA, E; PIRES, O. C. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e contradições de classe no Brasil. In: MEDEIROS, E; NOGUEIRA, L; BEZERRA, L. *Formação social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MOURA, C. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

PAULA, J. A de. *Minas Gerais: visão de conjunto e perspectivas*. Belo Horizonte: Scriptum, 2020.

PAULA, J. A. de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEREIRA, E. M. *Desenvolvimento desigual, “questão regional” e tendências contemporâneas*. *Educação em Foco*, p. 239-268, 2019.

PRADO Jr., C. *O sentido da colonização*. In: _____. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWARCZ, L. M; STARLING, H. M. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.